

RELATÓRIO E CONTAS

2
0
1
8





ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA.....	3
2.1. PROVEITOS.....	3
2.2. CUSTOS	4
2.3. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS.....	5
3. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	5
4. RESULTADOS	6
5. PERSPETIVAS FUTURAS.....	6
6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	7
7. OUTRAS DECLARAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	7
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	8
NOTAS ÀS CONTAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	14
1. Identificação da Entidade.....	14
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	14
2.1. Base de Preparação.....	14
2.2. Pressuposto da Continuidade	15
2.3. Classificação dos Ativos e Passivos.....	15
2.4. Derrogação das Disposições do SNC.....	16
2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	16
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	16
3.1. Bases de Apresentação	16
3.2. Impostos Diferidos e Imposto Sobre o Rendimento	16
3.3. Instrumentos Financeiros	17
3.4. Rédito e Especialização dos Exercícios	18
3.5. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	18
3.6. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos.....	18
3.7. Ativos Fixos Tangíveis	19
3.8. Ativos Intangíveis	19
3.9. Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	20

3.10. Gestão do Risco	20
3.11. Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas.....	21
3.12. Férias e Subsídios de Férias	21
3.13. Eventos Subsequentes.....	22
3.14. Gastos e Rendimentos.....	22
3.15. Alteração de Políticas, Estimativas e Erros Fundamentais	22
3.16. Partes Relacionadas	23
3.17. Benefícios dos Empregados	23
4. Fluxos de Caixa	24
5. Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros	24
5.1. Aplicação Inicial de uma NCRF com Efeitos no Período Corrente ou em Qualquer Período Anterior, ou com Possíveis Efeitos em Períodos Futuros .	24
5.2. Alterações Voluntárias de Políticas Contabilísticas ou Estimativas.....	24
5.3. Erros Materiais de Períodos Anteriores.....	25
6. Partes Relacionadas	25
7. Ativos Intangíveis	26
8. Ativos Fixos Tangíveis	27
9. Locações.....	29
10. Custos de Empréstimos Obtidos.....	30
11. Imparidade de Ativos.....	31
11.1. Quantia de Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade Reconhecidas nos Resultados durante o Período.....	31
12. Rédito.....	31
12.1. Políticas Contabilísticas Adoptadas para o Reconhecimento do Rédito	31
12.2. Quantia de cada Categoria Significativa de Rédito Reconhecida durante o Período.....	32
13. Provisões e Garantias.....	32
14. Imposto Sobre o Rendimento.....	33
14.1. Principais Componentes de Gastos de Impostos.....	33
14.2. Relacionamento entre Gastos de Impostos e Lucro Contabilístico	33



15. Instrumentos Financeiros.....	34
15.1. Clientes e Outros Créditos a Receber.....	34
15.2. Financiamentos Obtidos.....	36
15.3. Fornecedores e Dívidas a Pagar	36
15.4. Instrumentos de Capital Próprio	37
16. Outras Informações	38
16.1. Estado e Outros Entes Públicos.....	38
16.2. Diferimentos.....	39
16.3. Outros Rendimentos.....	39
16.4. Fornecimentos e Serviços Externos.....	40
16.5. Gastos com o Pessoal.....	41
16.6. Outros Gastos	42
17. Acontecimentos Após a Data do Balanço	42
17.1. Autorização para Emissão.....	42
17.2. Atualização da Divulgação Acerca de Condições à Data do Balanço ...	42
18. Resultado por Ação.....	43
19. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.....	43
20. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros e Resseguros.....	44

MEDIBROKER – CORRETOR E CONSULTOR DE SEGUROS, SA.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO REFERENTE AO ANO 2018

No cumprimento da lei e dos estatutos da empresa, a administração da MEDIBROKER – CORRETOR E CONSULTOR DE SEGUROS, S.A., apresenta aos senhores Accionistas o Relatório de Gestão correspondente à atividade desenvolvida durante o ano 2018.

1. INTRODUÇÃO

A evolução dos negócios da nossa empresa durante o ano de 2018, decorreu num contexto de forte dinamismo comercial, traduzido num crescimento da receita gerada em 17,8% face ao ano anterior.

A taxa de crescimento dos custos totais, incluindo amortizações, imparidades e provisões situou-se em 6,56%, em comparação com o ano de 2017. Isto deveu-se não só ao facto de terem sido efetuados investimentos em ativos fixos e revisão das vidas úteis, com o consequente aumento das depreciações associadas, mas também devido ao aumento dos gastos com pessoal, resultante dos incrementos salariais verificados ao longo do ano que agora se encerra. Contudo, esta taxa é bastante



inferior à taxa de crescimento do volume de negócios, robustecendo a capacidade da MEDIBROKER em gerar resultados positivos.

Terminamos o ano de 2018 com os seguintes indicadores de desenvolvimento comercial:

- A MEDIBROKER, geria, em 31 de dezembro de 2018 a carteira de seguros de 824 empresas e 1 872 clientes particulares (maioritariamente ligados às empresas nossas clientes). Estes números continuam a evidenciar um crescimento da nossa base de clientes.
- Durante o ano de 2018 celebramos 929 novos contratos de seguro, num montante de prémios totais que ultrapassou os 766 mil euros e que manteve o nível de captação de negócio novo, quando comparado com o registado em 2017.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1. PROVEITOS

A atividade de corretagem de seguros a que a nossa empresa se dedica em exclusividade ficou marcada no exercício de 2018 pela evolução das receitas geradas e efectivamente cobradas, expressa no quadro abaixo.

(valores em euros)

ANO	RECEITAS	TAXA DE EVOLUÇÃO
2018	1 019 219,54	17.81%
2017	865 148,72	13.22%
2016	764 158,22	-

Manteve-se, assim, um forte crescimento das receitas da MEDIBROKER, pautado por um acréscimo no triénio terminado em 31/12/2018, superior a 300 000 euros.

A MEDIBROKER procede à colocação e gestão dos contratos nas seguradoras que a todo o momento apresentam uma oferta que, ao nível do binómio qualidade/preço, se revela como a mais adequada à satisfação das expectativas dos clientes. Por tal facto, e no sentido de também poder dispor de uma ampla cobertura das tendências do mercado segurador, a MEDIBROKER operou em 2018, numa base regular, com 29 companhias de seguros presentes ou representadas em PORTUGAL.

Por outro lado, a MEDIBROKER tem executado um programa consistente de dispersão da carteira de seguros sob a sua gestão, por um número de seguradoras adequado a que, com independência perante as mesmas, possamos oferecer em permanência aos nossos clientes propostas competitivas e cumprir as regras de dispersão impostas pela legislação que rege a nossa atividade.

2.2. CUSTOS

Os custos correntes da nossa empresa apresentaram, face ao período anterior a seguinte evolução:

(valores em euros)

RUBRICA	2018	2017
FSE e SUBCONTRATOS	186 517,27	192 458,75
CUSTOS COM PESSOAL	514 697,80	466 924,79
CUSTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	1 622,04	3 082,66
OUTROS CUSTOS E GANHOS (deduzido de outros rendimentos)	125 039,24	112 286,86
TOTAL DE CUSTOS	827 876,35	774 753,06





Tendo os custos apresentado um acréscimo de 50.970,17 euros (6,56%) face ao ano anterior.

O crescimento dos OUTROS CUSTOS E GANHOS é resultado da adoção de uma política de constituição de depreciações, amortizações e provisões mais prudente.

2.3. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

2.3.1. INVESTIMENTOS

O ano foi pautado pela afetação de recursos à execução de investimentos na modernização das nossas plataformas informáticas e reforço da sua segurança. Foi adquirida uma viatura afeta à atividade comercial.

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Reduziu-se em 74 960,00 euros, ou seja 56,8%, face ao ano anterior, o montante utilizado de financiamento bancário a curto e médio prazo. O montante de financiamento bancário é composto pelo leasing, que em 31 de dezembro de 2018 totalizava 57.005,24 euros.

A nossa empresa manteve um elevado padrão qualitativo no cumprimento atempado de todos os seus compromissos financeiros, e por tal motivo as relações com os seus parceiros de negócio, em especial as companhias de seguros e os bancos foram desenvolvidas de uma forma compatível com as necessidades inerentes ao crescimento da nossa actividade. Desde 1 de Abril de 2007 que a MEDIBROKER dispõe da "conta clientes", domiciliada no Banco Santander Totta (antigo Banco Popular), onde recolhe todos os fundos de clientes por si recebidos e destinados à entrega as seguradoras com quem opera.

4. RESULTADOS

O resultado das operações da MEDIBROKER em 2018, traduziu-se por um lucro antes de impostos no montante de 192 113,49 euros e que após impostos atinge o valor de 139 985,98 euros. Esta evolução face a 2017 representa um crescimento do resultado líquido de 121,1% face ao valor apurado em 2017.

O Administrador único propõe aos Srs. Accionistas que o Resultado Líquido seja aplicado como segue:

Em Reservas Livres: 119 129,86€

Reservas Especiais – Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos: 20 856,12€

5. PERSPETIVAS FUTURAS

A MEDIBROKER mantém, permanentemente, o propósito de conquista de uma posição de mercado cada vez mais saliente baseada na captação de novos clientes empresariais e crescimento da sua base de clientes.

A MEDIBROKER procede à avaliação permanente dos resultados do seu programa de crescimento e sustentação do negócio, ajustando a sua estrutura operacional e dos recursos afetos em ordem a objetivos de crescimento, rentabilidade e nível de serviço ao cliente a que nos propusemos.

Nesta data formamos a convicção de que em 2019 continuaremos com a melhoria da eficiência na utilização dos recursos afetos, perspetivando um crescimento relevante do volume de negócios e da rentabilidade da empresa.





6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde a data a que reportam as Demonstrações Financeiras e o momento atual, não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.

7. OUTRAS DECLARAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

De acordo com o disposto na alínea d) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a sociedade não adquiriu ou alienou ações próprias durante o exercício de 2018, pelo que o número destas, à data do encerramento era nulo.

Uma palavra de apreço às seguradoras com as quais, independentemente de base de negócios existente, mantivemos ou encetamos parcerias que permitiram concretizar uma estratégia de conquista de novos clientes.

Terminamos, endereçando os nossos agradecimentos a todos os colaboradores que estão connosco, pela forma como acolheram os desafios que a empresa assumiu.

Apresentam-se, de seguida o Anexo ao Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, dos Fluxos de Caixa, das Alterações no Capital Próprio e os Anexos às Contas do Período.

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Administrador

Dr. António Manuel Marques das Neves



Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

	Notas	31-dez-18 Euro	31-dez-17 Euro
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3.7; 8	157 259,27	189 210,17
Ativos Intangíveis	3.8; 7	89 028,79	101 330,51
Outros Investimentos Financeiros	-	987,36	580,68
Créditos a Receber	3.3.1; 3.16; 6	9 633,96	7 009,70
		256 909,38	298 131,06
Ativo Corrente			
Clientes	3.3.1; 11; 15.1	58 943,29	32 108,50
Estado e Outros Entes Públicos	3.2; 16.1	13,90	-
Outros Créditos a Receber	3.3.1; 3.4; 15.1	24 150,90	7 181,49
Diferimentos	3.4; 16.2	17 986,53	8 950,47
Caixa e Depósitos Bancários	3.3.2; 4	321 160,40	136 984,96
		422 255,02	185 225,42
Total do Ativo		679 164,40	483 356,48
Capital Próprio			
Capital Subscrito	-	50 000,00	50 000,00
Reservas Legais	-	10 000,00	10 000,00
Outras Reservas	-	26 249,95	12 936,38
Resultados Transitados	-	-	-
		86 249,95	72 936,38
Resultado Líquido do Período	-	139 985,98	63 313,57
Total do Capital Próprio	15.4	226 235,93	136 249,95
Passivo Não Corrente			
Provisões	3.5; 13	9 471,50	-
Financiamentos Obtidos	3.3.4; 9; 15.2	31 716,50	56 505,10
		41 188,00	56 505,10
Passivo Corrente			
Fornecedores	15.3	15 366,64	12 923,82
Adiantamentos de Clientes	15.1; 3.3.1	2 710,95	15 235,94
Estado e Outros Entes Públicos	3.2; 16.1	59 507,50	34 543,23
Financiamentos Obtidos	3.3.4; 9; 15.2	25 288,74	75 460,14
Outras Dívidas a Pagar	3.3.3; 3.4; 3.12; 15.3	308 866,64	152 438,30
		411 740,47	290 601,43
Total do Passivo		452 928,47	347 106,53
Total do Capital Próprio e Passivo		679 164,40	483 356,48

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Contabilista Certificado

O Administrador

Demonstração dos Resultados Individuais por Naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2018

	Notas	31-dez-18	31-dez-17
		Euro	Euro
Vendas e Serviços Prestados	12; 20	1 019 219,54	865 148,72
Subsídios à Exploração	-	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	16.4	(186 517,27)	(192 458,75)
Gastos com o Pessoal	3.16; 3.17; 16.5	(514 697,80)	(466 924,79)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	11	-	(46 718,06)
Provisões (aumentos / reduções)	13	(9 471,50)	-
Aumentos / Reduções de Justo Valor	-	(31,25)	27,89
Outros Rendimentos	16.3	897,40	2 252,33
Outros Gastos	16.6	(36 846,51)	(26 985,95)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		272 552,61	134 341,39
Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização	3.7; 3.8; 7; 8	(78 817,08)	(40 863,07)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		193 735,53	93 478,32
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	-	-	-
Juros e Gastos Similares Suportados	3.6; 10	(1 622,04)	(3 082,66)
Resultado Antes de Impostos		192 113,49	90 395,66
Imposto sobre o Rendimento do Período	3.2; 14	(52 127,51)	(27 082,09)
Resultado Líquido do Período		139 985,98	63 313,57

Resultado por Ação Básico	18	2,80	1,27
----------------------------------	-----------	-------------	-------------

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Contabilista Certificado



O Administrador





Demonstração de Fluxos de Caixa – Método Direto
Período findo em 31 de dezembro de 2018

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais – Método Directo</u>			
Recebimentos de Clientes		1 099 579,91	733 787,28
Pagamentos a Fornecedores		(184 551,33)	(198 452,89)
Pagamentos ao Pessoal		(415 512,28)	(365 567,32)
Caixa Gerada pelas Operações		499 516,30	169 767,07
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		(32 269,09)	(29 785,40)
Outros Recebimentos / Pagamentos		(121 946,49)	(90 537,49)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		345 300,72	49 444,18
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(35 325,01)	(33 932,42)
Ativos Intangíveis		(1 531,11)	(255,23)
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			(1 665,03)
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		2 611,00	9 000,00
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(34 245,12)	(26 852,68)
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos			165 000,00
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(74 960,00)	(271 329,77)
Juros e Gastos Similares		(1 920,16)	(5 955,16)
Dividendos		(50 000,00)	(36 000,00)
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(126 880,16)	(148 284,93)
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (1 + 2 + 3)		184 175,44	(125 693,43)
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		136 984,96	262 678,39
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	3.3.2; 4	321 160,40	136 984,96

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Contabilista Certificado


 Sede: Rua Diogo de Macedo, 114 – 3ª A e B – 4400-107 V.N. Gaia
 Escritório: Rua do Sardoal, 130 – Costa | 4810-546 Guimarães
 E-mail: geral@medibroker.pt www.medibroker.pt
 NIF: 501 108 530
 Capital Social: 50 000€

O Administrador



MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A.

Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2018

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total	Interesses Que Não Controlam	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2018	1	50 000,00	-	-	-	10 000,00	12 936,38	-	-	-	63 313,57	136 249,95	-	136 249,95
Alterações no Período														
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio	2	-	-	-	-	-	63 313,57	-	-	-	(63 313,57)	-	-	-
Resultado Líquido do Período	3 10.4.4	-	-	-	-	-	63 313,57	-	-	-	(63 313,57)	-	-	-
Resultado Integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Detentores de Capital no Período														
Distribuições	5	-	-	-	-	-	(50 000,00)	-	-	-	-	(50 000,00)	-	(50 000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5	50 000,00	-	-	-	10 000,00	26 249,95	-	-	-	139 985,98	226 235,93	-	226 235,93

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Contabilista Certificado

O Administrador



Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2017

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total	Interesses Que Não Controlam	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2017	1	50 000,00	-	-	-	10 000,00	71 413,08	(61 747,26)	-	-	39 270,56	108 936,38	-	108 936,38
Alterações no Período														
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio	2	-	-	-	-	-	2 433,32	36 837,24	-	-	(39 270,56)	-	-	-
		-	-	-	-	-	2 433,32	36 837,24	-	-	(39 270,56)	-	-	-
Resultado Líquido do Período	3										63 313,57	63 313,57	-	63 313,57
Resultado Integral	4 = 2 + 3										24 043,01	63 313,57	-	63 313,57
Operações com Detentores de Capital no Período														
Distribuições		-	-	-	-	-	(36 000,00)	-	-	-	-	(36 000,00)	-	(36 000,00)
Outras Operações	5	-	-	-	-	-	(24 910,02)	24 910,02	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	(60 910,02)	24 910,02	-	-	-	(36 000,00)	-	(36 000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5	50 000,00	-	-	-	10 000,00	12 936,38	-	-	-	63 313,57	136 249,95	-	136 249,95

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Contabilista Certificado

O Administrador

Sede: Rua Diogo de Macedo, 114 – 3.º A e B | 4400-107 V.N. Gaia
Escritório: Rua do Sardoal, 130 – Costa | 4810-546 Guimarães
E-mail: geral@medibroker.pt www.medibroker.pt
NIF: 501.108.530
Capital Social: 50 000€



NOTAS ÀS CONTAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores expressos em euros)

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada nas demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e as políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

Exceto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em euros.

1. Identificação da Entidade

A sociedade MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S. A. (adiante designada apenas por Medibroker) é uma sociedade anónima, com sede na Rua Diogo Macedo, n.º 114, salas A e B, freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, concelho de Vila Nova Gaia, pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova Gaia, sob o n.º 501 108 530, tendo como atividade principal a de Mediadores de Seguros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC (Sistema de Normalização Contabilística), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2018.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Medibroker, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras, são apresentadas na Nota 3.

2.2. Pressuposto da Continuidade

As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), conforme as disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, alterado pelo Aviso 8256/2015, de 29 de Julho.

2.3. Classificação dos Ativos e Passivos

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como ativos e passivos não correntes.



2.4. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e são a seguir apresentadas.

3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Medibroker, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Impostos Diferidos e Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis tendo em conta a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado com base no método da responsabilidade do balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respectiva base de tributação.



São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros na Medibroker classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

3.3.1. Clientes e Dívidas a Receber

As dívidas de clientes e outras a receber são inicialmente contabilizadas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente contabilizadas pelo custo ou custo amortizado (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva), se o impacto financeiro de desfasamento temporal do recebimento for materialmente relevante, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados do período em que sejam reconhecidas.

3.3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.3.3. Dívidas a Pagar

As dívidas a pagar são inicialmente contabilizadas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente contabilizadas pelo custo ou custo amortizado (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva), se o impacto financeiro de desfasamento temporal do pagamento for materialmente relevante.

3.3.4. Financiamentos Obtidos

Os empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo). Poderão ocorrer situações de mensuração pelo método do custo amortizável (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva), desde que o impacto financeiro decorrente dos diferimentos de pagamento seja considerado material. Tais transacções e saldos serão objecto de divulgação apropriada.

3.4. Rédito e Especialização dos Exercícios

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Medibroker regista as suas receitas e despesas de acordo com o regime do acréscimo pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

3.5. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Sempre que a Medibroker reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

3.6. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



3.7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Medibroker espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.8. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



3.9. Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Medibroker com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.10. Gestão do Risco

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência (até doze meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais Clientes são entidades sem risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito. Optou-se por directrizes mais rígidas na atribuição de crédito.



3.11. Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis;
- Análises de imparidade, nomeadamente de ativos intangíveis e de créditos a receber;
- Provisões;

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.12. Férias e Subsídios de Férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito até 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades, quando existem, são registadas no período em que todos os colaboradores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar à data da demonstração da posição financeira, relevado na rubrica de valores a pagar correntes.



3.13. Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.14. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.15. Alteração de Políticas, Estimativas e Erros Fundamentais

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.



3.16. Partes Relacionadas

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afectar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, accionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

3.17. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento

b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego.

c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos

d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

4. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

Caixa e Depósitos Bancários	31-dez-18	31-dez-17
Numerário	9 073,98	9 163,47
Depósitos Bancários Imediatamente Disponíveis	312 086,42	127 821,49
Equivalentes a Caixa		
Descobertos Bancários	-	-
Caixa e Seus Equivalentes	321 160,40	136 984,96

Disponibilidades Constantes da Demonstração da Posição Financeira	31-dez-18	31-dez-17
Depósitos Bancários	312 086,42	127 821,49
Caixa	9 073,98	9 163,47
Total	321 160,40	136 984,96

5. Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros

5.1. Aplicação Inicial de uma NCRF com Efeitos no Período Corrente ou em Qualquer Período Anterior, ou com Possíveis Efeitos em Períodos Futuros

Todas as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicadas no período de relato foram-no desde o período comparativo. No período de reporte não houve, assim, necessidade de aplicar pela primeira vez uma nova norma contabilística e de relato financeiro.

5.2. Alterações Voluntárias de Políticas Contabilísticas ou Estimativas

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, à exceção da revisão das vidas úteis dos investimentos.



Face à recuperação da atividade da empresa, associada a um maior ritmo de utilização dos investimentos, a sociedade procedeu à revisão da vida útil dos investimentos, optando por adotar as vidas úteis mínimas previstas no DR 2/90 por considerar que as mesmas se afiguram mais apropriadas. Esta alteração provocou um aumento nas depreciações e correspondente redução do ativo não corrente em cerca de 32.000 euros.

5.3. Erros Materiais de Períodos Anteriores

Não foram reconhecidos, por inexistentes, erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, a Medibroker é controlada pela Aviz Invest - Gestão Imobiliária, S. A. que detém 100% do capital da empresa.

Não ocorreram no exercício de 2018, nem no exercício de 2017 transações entre as partes relacionadas.

Os saldos finais de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 com partes relacionadas são como segue:

Saldos entre Partes Relacionadas	31-dez-18	31-dez-17
Ativo		
Accionistas/Sócios - Empréstimos Concedidos Empresa Mãe		
Aviz Invest - Gestão Imobiliária, S.A.	9 633,96	7 009,70
Subtotal	9 633,96	7 009,70
Total	9 633,96	7 009,70

7. Ativos Intangíveis

a) As amortizações do período foram calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização:

Ativo Intangível	Número de Anos	Taxa de Amortização
Programas de Computador	3	33,33%
Carteira de Clientes	10	10,00%

b) Os elementos do ativo intangível são amortizados pelo método da linha reta.

c) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	1-jan-18	Aumentos	Alienações	Abate	Perdas por Imparidade	Regularizações	31-dez-18
Custo de Aquisição							
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	61 321,71	1 531,11	-	-	-	-	62 852,82
Propriedade Industrial	5 643,75	-	-	-	-	-	5 643,75
Carteira de Clientes	124 759,58	-	-	-	-	-	124 759,58
Outros Ativos	3 630,00	-	-	-	-	-	3 630,00
Total	195 355,04	1 531,11	0,00	0,00	0,00	0,00	196 886,15
Depreciações							
Programas de Computador	59 798,86	1 356,87	-	-	-	-	61 155,73
Propriedade Industrial	5 643,75	-	-	-	-	-	5 643,75
Carteira de Clientes	24 951,92	12 475,96	-	-	-	-	37 427,88
Outros Ativos	3 630,00	-	-	-	-	-	3 630,00
Total	94 024,53	13 832,83	0,00	0,00	0,00	0,00	107 857,36
Valor Líquido	101 330,51	(12 301,72)	0,00	0,00	0,00	0,00	89 028,79



d) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	1-jan-17	Aumentos	Alienações	Abate	Perdas por Imparidade	Regularizaçã o	31-dez-17
Custo de Aquisição							
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	61 066,48	255,23	-	-	-	-	61 321,71
Propriedade Industrial	5 643,75	-	-	-	-	-	5 643,75
Carteira de Clientes	124 759,58	-	-	-	-	-	124 759,58
Outros Ativos	3 630,00	-	-	-	-	-	3 630,00
Total	195 099,81	255,23	0,00	0,00	0,00	0,00	195 355,04
Depreciações							
Programas de Computador	59 215,45	583,41	-	-	-	-	59 798,86
Propriedade Industrial	5 643,75	-	-	-	-	-	5 643,75
Carteira de Clientes	12 475,96	12 475,96	-	-	-	-	24 951,92
Outros Ativos	3 630,00	-	-	-	-	-	3 630,00
Total	80 965,16	13 059,37	0,00	0,00	0,00	0,00	94 024,53
Valor Líquido	114 134,65	(12 804,14)	0,00	0,00	0,00	0,00	101 330,51

8. Ativos Fixos Tangíveis

a) Conforme foi referido na nota 3, os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados de acordo com o método do custo, correspondendo a quantia escriturada ao seu custo deduzido de depreciações acumuladas e de quaisquer perdas por imparidade existentes.

b) Os elementos do ativo fixo tangível são depreciados pelo método da linha recta.

c) Em 2018, fruto da nova revisão das vidas úteis com o fundamento económico de retoma da atividade comercial e consequente aceleração no desgaste dos equipamentos, as vidas úteis voltaram a seguir as taxas máximas, incluindo das instalações. Ou seja, as edificações passaram de uma taxa de depreciação de 2,28% para 10%.

d) As depreciações do período foram calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Ativos Fixos Tangíveis	Número de Anos	Taxa de Amortização
Equipamento Básico	3-6	12,50% - 25,00%
Equipamento de Transporte	4	25,00%
Equipamento Administrativo	3-8	12,50% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5-10	10,00% - 20,00%

e) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	1-jan-18	Aumentos	Alienações	Abate	Regularizações	31-dez-18
Custo de Aquisição						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	121 039,28	-	-	-	(121 039,28)	-
Equipamento Básico	2 794,08	-	-	-	-	2 794,08
Equipamento de Transporte	161 586,13	16 000,00	(22 000,00)	-	-	155 586,13
Equipamento Administrativo	133 619,20	16 925,61	-	-	-	150 544,81
Outros Ativos	12 646,32	2 399,40	-	-	121 039,28	136 085,00
Total	431 685,01	35 325,01	(22 000,00)	0,00	0,00	445 010,02
Depreciações						
Edifícios e Outras Construções	82 303,10	12 103,93	-	-	(94 407,03)	-
Equipamento Básico	2 794,08	-	-	-	-	2 794,08
Equipamento de Transporte	34 221,93	35 792,37	(19 708,34)	-	-	50 305,96
Equipamento Administrativo	113 599,77	15 700,98	-	-	-	129 300,75
Outros Ativos	9 555,96	1 386,97	-	-	94 407,03	105 349,96
Total	242 474,84	64 984,25	(19 708,34)	0,00	0,00	287 750,75
Valor Líquido	189 210,17	(29 659,24)	(2 291,66)	0,00	0,00	157 259,27



f) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	1-jan-17	Aumentos	Alienações	Abate	Regularizações	31-dez-17
Custo de Aquisição						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	121 039,28	-	-	-	-	121 039,28
Equipamento Básico	2 794,08	-	-	-	-	2 794,08
Equipamento de Transporte	74 430,22	117 155,91	(30 000,00)	-	-	161 586,13
Equipamento Administrativo	124 167,31	9 451,89	-	-	-	133 619,20
Outros Ativos	11 545,79	1 100,53	-	-	-	12 646,32
Total	333 976,68	127 708,33	(30 000,00)	0,00	0,00	431 685,01
Depreciações						
Edifícios e Outras Construções	79 488,25	2 814,85	-	-	-	82 303,10
Equipamento Básico	2 794,08	-	-	-	-	2 794,08
Equipamento de Transporte	38 519,50	17 889,93	(22 187,50)	-	-	34 221,93
Equipamento Administrativo	107 048,35	6 551,42	-	-	-	113 599,77
Outros Ativos	9 008,46	547,50	-	-	-	9 555,96
Total	236 858,64	27 803,70	(22 187,50)	0,00	0,00	242 474,84
Valor Líquido	97 118,04	99 904,63	(7 812,50)	0,00	0,00	189 210,17

9. Locações

Em 31 de dezembro de 2018, a Medibroker detém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Valor de Aquisição	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	-	-	-
Equipamento Básico	-	-	-
Equipamento de Transporte	116 206,13	43 307,21	72 898,92
Equipamento Administrativo	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	-	-	-
Total	116 206,13	43 307,21	72 898,92

Locações	2018				2017			
	Ativos Intangíveis	Ativos Fixos Tangíveis	Propriedades Investimento	Total	Ativos Intangíveis	Ativos Fixos Tangíveis	Propriedades de Investimento	Total
Quantia Bruta Escriturada Inicial	-	116 206,13	-	116 206,13	-	116 206,13	-	116 206,13
Depreciações/Amortizações Acumuladas	-	43 307,21	-	43 307,21	-	14 255,68	-	14 255,68
Perdas por Imparidade e Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia Líquida Escriturada Final	-	72 898,92	-	72 898,92	-	101 950,45	-	101 950,45
Total dos Futuros Pagamentos Mínimos	-	58 457,12	-	58 457,12	-	82 568,32	-	82 568,32
Até um ano	-	26 511,29	-	26 511,29	-	27 001,29	-	27 001,29
De um a cinco anos	-	31 945,83	-	31 945,83	-	55 567,03	-	55 567,03
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Atual do Total dos Futuros Pagamentos Mínimos	-	57 005,24	-	57 005,24	-	81 965,24	-	81 965,24
Até um ano	-	25 288,74	-	25 288,74	-	25 460,14	-	25 460,14
De um a cinco anos	-	31 716,50	-	31 716,50	-	56 505,10	-	56 505,10
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor dos Pagamentos Reconhecidos em Gastos do Período	-	1 511,27	-	1 511,27	-	1 649,83	-	1 649,83

10. Custos de Empréstimos Obtidos

Conforme é referido na nota 3, os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Gastos e Perdas de Financiamento	31-dez-18	31-dez-17
Juros Suportados	1 622,04	3 082,66
Total	1 622,04	3 082,66



11. Imparidade de Ativos

11.1. Quantia de Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade Reconhecidas nos Resultados durante o Período

Imparidades Acumuladas	31-dez-18	31-dez-17
<i>Em Dívidas a Receber - Clientes</i>		
Saldo a 1 de janeiro	42 245,47	37 622,97
Perdas	-	4 622,50
Reversões	-	-
Regularizações	(9 288,23)	-
Saldo a 31 de dezembro	35 957,24	42 245,47
<i>Em Dívidas a Receber - Outros Devedores</i>		
Saldo a 1 de janeiro	42 095,56	-
Perdas	-	42 095,56
Reversões	-	-
Regularizações	-	-
Saldo a 31 de dezembro	42 095,56	42 095,56

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, foram desreconhecidas as perdas por imparidade de Clientes no valor de 9.288,23 euros.

12. Rédito

12.1. Políticas Contabilísticas Adoptadas para o Reconhecimento do Rédito

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

12.2. Quantia de cada Categoria Significativa de Rébito Reconhecida durante o Período

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de vendas e serviços prestados, detalha-se como segue:

Rébito	31-dez-18	31-dez-17
Vendas		
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos Acabados e Intermédios	-	-
Vendas de Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	-	-
Subtotal	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Comissões	1 019 219,54	865 148,72
Serviços Secundários	-	-
Subtotal	1 019 219,54	865 148,72
Total	1 019 219,54	865 148,72

13. Provisões e Garantias

No exercício de 2018 foram identificadas situações que deram origem ao reconhecimento de uma provisão conforme o quadro seguinte. Mais concretamente, foi criada uma provisão para riscos e encargos relativa ao processo da Lusitânia.

Provisões								
Descrição	Impostos	Garantias a Clientes	Processos Judiciais em Curso	Acidentes Trabalho	Contratos Onerosos	Reestruturação	Outros	Total
Quantia Escriturada Inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações do Período	-	-	-	-	-	-	9 471,50	9 471,50
Total de Aumentos	-	-	-	-	-	-	9 471,50	9 471,50
Aumentos	Constituição	-	-	-	-	-	9 471,50	9 471,50
	Reforço	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total de Diminuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Diminuições	Uso	-	-	-	-	-	-	-
	Reversão	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-
Quantia Escriturada Final	-	-	-	-	-	-	9 471,50	9 471,50



14. Imposto Sobre o Rendimento

14.1. Principais Componentes de Gastos de Impostos

Impostos s/ Rendimento	31-dez-18	31-dez-17
Resultado Antes de Imposto	192 113,49	90 395,66
Imposto Diferido	-	-
Imposto s/ Rendimento do Período	(52 127,51)	(27 082,09)
Imposto Corrente	(47 761,55)	(22 443,48)
Tributações Autónomas	(4 365,96)	(4 638,61)
Imposto a Pagar	(31 304,51)	(11 446,09)

14.2. Relacionamento entre Gastos de Impostos e Lucro Contabilístico

A Medibroker encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC à taxa normal de 17% na parte da matéria colectável que não ultrapassa os 15 000,00 euros e 21% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Medibroker de 2014 a 2018 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Não obstante, entendeu criar provisão para eventuais correcções.

Relacionamento entre o Lucro Contábilístico e os Gastos / Rendimentos de Impostos		2018			2017		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
<i>Produto do Lucro Contábilístico (Resultado Antes de Impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) imposto aplicável</i>	<i>Resultado Líquido do Período</i>	139 985,98	-	-	63 313,57	-	-
	<i>Gastos / Rendimentos de Impostos</i>	52 127,51	-	-	27 082,09	-	-
	<i>Imposto Diferido</i>	-	-	-	-	-	-
	<i>Resultado Antes de Impostos</i>	192 113,49	-	-	90 395,66	-	-
Ajustamentos para o Lucro Tributável (diferenças definitivas)	A acrescentar	39 332,05	-	-	21 574,84	-	-
	A deduzir	7 235,91	-	-	4 751,58	-	-
Lucro / Prejuízo Fiscal		224 209,63	-	-	107 218,92	-	-
<i>Dedução de Perdas Fiscais</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Benefício Fiscal</i>		2 085,61	-	-	1 080,77	-	-
Matéria Coletável / Coleta		15 000,00	17,00%	2 550,00	15 000,00	17,00%	2 550,00
		209 209,63	21,00%	43 934,02	92 218,92	21,00%	19 365,97
Outras Componentes do Imposto	Tributação Autônoma	50 832,02	8,59%	4 365,96	42 945,07	10,80%	4 638,61
	Derrama	224 209,63	1,50%	3 363,14	107 218,92	1,50%	1 608,28
Imposto Corrente		192 113,49	27,13%	52 127,51	90 395,66	29,95%	27 082,09

15. Instrumentos Financeiros

15.1. Clientes e Outros Créditos a Receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Clientes" e Outros Créditos a Receber" são inicialmente contabilizados pelo seu justo valor, sendo subsequentemente contabilizados pelo custo ou custo amortizado (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva), se o impacto financeiro do desfasamento temporal do recebimento for materialmente relevante, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável.



As rubricas de clientes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhadas conforme segue:

Cientes	31-dez-18	31-dez-17
Ativo Corrente		
Clientes c/c - Gerais	58 943,29	32 108,50
Clientes de Cobrança Duvidosa	32 957,24	42 245,47
Subtotal	91 900,53	74 353,97
Perdas por Imparidade Acumuladas	32 957,24	42 245,47
Total	58 943,29	32 108,50
Passivo Corrente		
Adiantamento de Clientes	2 710,95	15 235,94
Total	2 710,95	15 235,94
Valor Líquido	56 232,34	16 872,56

As rubricas de "Outros Créditos a Receber" em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhadas conforme segue:

Outros Créditos a Receber	31-dez-18	31-dez-17
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	40,45
Pessoal	263,05	1 000,00
Outros Devedores	65 983,41	48 236,60
Total	66 246,46	49 277,05
Perdas por Imparidade Acumuladas	42 095,56	42 095,56
Valor Líquido	24 150,90	7 181,49

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2018, não ocorreu nenhum reconhecimento de imparidades na conta de Outros Devedores e Credores.

15.2. Financiamentos Obtidos

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os empréstimos de financiamento, encontram-se registados pelo seu valor nominal (método do custo). Podendo ocorrer situações de mensuração pelo método do custo amortizável (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva), se o impacto financeiro decorrente dos diferimentos de pagamento seja considerado material. Tais transacções e saldos serão objeto de divulgação apropriada.

Os financiamentos obtidos vencem juros a taxas de mercado e são totalmente denominados em euros.

Os financiamentos obtidos que vencem a médio e longo prazo (passivo não corrente), dizem respeito a locação financeira concedida pelo Santander Totta.

Financiamentos Obtidos	31-dez-18		31-dez-17	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários				
Santander Totta - Conta Cauionada	-	-	-	50 000,00
Santander Totta - Médio Longo Prazo	-	-	-	-
Santander Totta - Leasing	31 716,50	25 288,74	56 505,10	25 460,14
Participantes de Capital	-	-	-	-
Valor Líquido	31 716,50	25 288,74	56 505,10	75 460,14

15.3. Fornecedores e Dívidas a Pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Fornecedores" e "Dívidas a Pagar" são inicialmente contabilizados pelo seu justo valor, sendo subsequentemente contabilizados pelo custo ou custo amortizado (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva), se o impacto financeiro do desfasamento temporal do pagamento for materialmente relevante.



As rubricas de Fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tinha a seguinte composição:

Fornecedores	31-dez-18	31-dez-17
Passivo Corrente		
Fornecedores c/c - Gerais	15 366,64	12 923,82
Total	15 366,64	12 923,82
Valor Líquido	(15 366,64)	(12 923,82)

A rubrica de "Outras Dívidas a Pagar" em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhada conforme segue:

Outras Dívidas a Pagar	31-dez-18	31-dez-17
Fornecedores de Investimentos	-	-
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a Liquidar	61 632,84	46 922,81
Juros a Liquidar	-	298,12
Outros	11 403,65	7 021,33
Subtotal	73 036,49	54 242,26
Outros Credores (inclui Pessoal)	235 830,15	98 196,04
Total	308 866,64	152 438,30

15.4. Instrumentos de Capital Próprio

15.4.1. Capital Social

O capital social da Medibroker está representado por cinquenta mil ações ao portador, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

15.4.2. Dividendos

Em 2018, a Medibroker distribuiu 50.000,00€ de dividendos, por conta de Reservas Livres de exercícios anteriores.

15.4.3. Resultados Transitados

A Assembleia Geral Anual, realizada a 29 de março de 2018, relativa à aprovação de contas do período de 2017 deliberou que do resultado líquido positivo do período de 2017, de 63 313,57 euros, 10 807,65€ fosse para Reservas Especiais (DLRR) e os restantes 52 505,92€ fossem para Reservas Livres.

16. Outras Informações

16.1. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”, detalha-se como segue:

Estado e Outros Entes Públicos	31-dez-18	31-dez-17
Ativo Corrente		
Imposto s/ Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	-	-
Pagamento Especial por Conta (PEC)	-	-
Retenções IRS/IRC	13,90	-
Imposto s/ Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Total	13,90	0,00
Passivo Corrente		
Imposto s/ Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	31 304,51	11 446,09
Retenções de Impostos s/ Rendimentos	9 775,00	7 811,00
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/ Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	-	-
Contribuições para a Segurança Social	18 375,57	15 258,62
Outras Tributações	52,42	27,52
Total	59 507,50	34 543,23
Valor Líquido	(59 493,60)	(34 543,23)



16.2. Diferimentos

As rubricas de Diferimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhadas conforme segue:

Diferimentos	31-dez-18	31-dez-17
<i>Gastos a Reconhecer</i>		
Seguros	15 571,88	6 436,59
Outros Gastos Diferidos	2 414,65	2 513,88
Total	17 986,53	8 950,47
<i>Rendimentos a Reconhecer</i>		
Outros Rendimentos a Reconhecer	-	-
Total	0,00	0,00

16.3. Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Outros Rendimentos", detalha-se como segue:

Outros Rendimentos	31-dez-18	31-dez-17
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	-	36,58
Recuperação de Dívidas a Receber	-	-
Rendimentos e Ganhos em Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos	-	-
Correções Relativas a Anos Anteriores	-	-
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros	319,34	1 187,50
Subsídio para o Investimento	-	-
Ganhos na Alienação de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Juros, Dividendos e Rendimentos Similares	-	-
Outros Rendimentos	578,06	1 028,25
Total	897,40	2 252,33

16.4. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", detalha-se como segue:

Fornecimentos de Serviços Externos	31-dez-18	31-dez-17
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	32 252,66	29 641,22
Vigilância e Segurança	474,78	550,08
Honorários	10 756,95	12 088,67
Comissões	20 043,97	29 300,07
Conservação e Reparação	14 691,67	13 451,20
Serviços Bancários e Financeiros	929,06	842,47
Subtotal	79 149,09	85 873,71
Materiais		
Material de Escritório	10 868,66	11 169,01
Artigos para Oferta	2 556,53	2 465,04
Outros	-	44,99
Subtotal	13 425,19	13 679,04
Energia e Fluidos		
Eletricidade	4 847,46	4 904,97
Combustíveis	11 059,23	11 132,34
Água	1 200,50	1 199,62
Subtotal	17 107,19	17 236,93
Deslocações, Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	3 682,00	80,20
Portagens e Estacionamento	2 592,52	2 626,52
Subtotal	6 274,52	2 706,72
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	25 105,68	24 453,36
Comunicação	19 690,72	20 068,36
Seguros	9 403,31	9 016,17
Contencioso e Notariado	408,77	223,08
Despesas de Representação	5 132,47	6 900,49
Limpeza, Higiene e Conforto	4 574,64	4 685,24
Outros	6 245,69	7 615,65
Subtotal	70 561,28	72 962,35
Total	186 517,27	192 458,75



16.5. Gastos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Gastos com Pessoal", detalha-se como segue:

Gastos com Pessoal	31-dez-18	31-dez-17
Remunerações		
Órgãos Sociais	66 932,80	58 229,73
Pessoal	339 878,58	309 384,60
Subtotal	406 811,38	367 614,33
Encargos		
Encargos sobre Remunerações	92 663,14	84 038,53
Seguros	2 936,77	2 790,95
Indemnizações	-	-
Gastos de Ação Social	12 286,51	11 312,48
Outros Gastos com Pessoal	-	1 168,50
Subtotal	107 886,42	99 310,46
Total	514 697,80	466 924,79

Pessoal-Chave de Gestão	31-dez-18	31-dez-17
Benefícios a Curto Prazo	84 467,51	73 628,24
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Outros Benefícios a Longo Prazo	-	-
Benefícios de Cessação de Emprego	-	-
Remuneração em Capital Próprio	-	-
Total	84 467,51	73 628,24

No presente período, o número médio de trabalhadores que a Medibroker teve ao seu serviço foi de 18 pessoas (em 2017 tinha sido de 17).

RÚBRICAS	PERÍODO	
	2018	2017
Gastos com Pessoal	514 697,80	466 924,79
Nº Médio de Pessoas	18	17
Gasto Médio por Pessoa	28 594,32	27 466,16

16.6. Outros Gastos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Outros Gastos", detalha-se como segue:

Outros Gastos	31-dez-18	31-dez-17
Impostos	20 658,86	17 921,85
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	-	4,14
Dívidas Incobráveis	-	-
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	3 883,94	943,11
Donativos	1 550,00	1 500,00
Quotizações	125,00	125,00
Gastos e Perdas em Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos	-	-
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros	-	-
Gastos e Perdas nos Restantes Investimentos Financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	1 079,07	1 849,37
Outros Gastos	9 549,64	4 642,48
Total	36 846,51	26 985,95

17. Acontecimentos Após a Data do Balanço

17.1. Autorização para Emissão

As presentes demonstrações financeiras foram nesta data aprovadas pela Administração e serão submetidas a apreciação e eventual aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral a realizar para o efeito.

17.2. Atualização da Divulgação Acerca de Condições à Data do Balanço

Não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.



18. Resultado por Ação

O resultado por ação foi determinado conforme se segue:

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Resultado Líquido	139 985,98	63 313,57
Nº Médio Ponderado de Ações em Circulação	50 000	50 000
Resultado por Ação Básico	2,80	1,27

19. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, informa-se que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Medibroker não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, a Administração informa que os honorários totais facturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais ascenderam a 2 850,00. Não foram faturados quaisquer honorários relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal ou outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

Nos termos do artigo 27º do Código Fiscal ao Investimento está previsto o Incentivo Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) que constitui um regime de incentivos fiscais ao investimento para PME's, que reinvestam lucros retidos em aplicações relevantes, desde que criem para tal uma reserva especial.

O valor do benefício fiscal a conceder corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante até 10 % dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de três anos contado a partir do final do período de tributação a que correspondam os lucros retidos.

Essa dedução será efetuada na liquidação de IRC respeitante ao período de tributação de 2018 e até à concorrência de 50% deste imposto.

O valor do incentivo fiscal deduzido no período de 2018 foi de 2 085,61€.



20. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros e Resseguros

Exceto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em euros.

20.1. Políticas Contabilísticas Adoptadas para Reconhecimento das Remunerações

A Medibroker reconhece o rédito/remunerações de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece as comissões auferidas das Empresas de seguros apenas quando se verifica sua cobrança ou quando são disponibilizadas pelas mesmas, respeitando o princípio da especialização do exercício.

Os recibos em cobrança confiados pelas Empresas de seguros à Medibroker, para que esta proceda à sua cobrança, não são objeto de tratamento contabilístico. Apenas originam movimentos contabilísticos após a sua cobrança.

Todas as remunerações relativas a prestações de contas às seguradoras efectuadas até 31 de dezembro de 2018, estão devidamente refletidas nas nossas contas deste período.

20.2. Remunerações Recebidas

Remunerações Recebidas	31-dez-18	31-dez-17
Comissões	1 019 219,54	865 148,72
Honorários	-	-
Outras Remunerações	-	-
Total	1 019 219,54	865 148,72



20.3. Remunerações Relativas aos Contratos de Seguro Intermediados pela Medibroker

20.3.1. Desagregados por Ramo Vida e Não Vida

Companhia de Seguros	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Acis Transport Liability Agency Services, Ltd.	-	1 621,66	1 621,66
Ageas Portugal – Comp. Seguros de Vida, S. A.	7 757,72	-	7 757,72
Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S. A.	-	157 928,71	157 928,71
AIG Europe Limited	-	6 924,11	6 924,11
AIG Europe, S.A.	-	77,05	77,05
Allianz Portugal – Companhia de Seguros, S.A.	162,16	45 931,40	46 093,56
April Portugal, S.A.	181,09	-	181,09
Caravela – Comp. de Seguros, S. A.	-	42 418,86	42 418,86
Cesce S.A. – Sucrusal em Portugal	-	756,95	756,95
Chubb European Group	-	908,11	908,11
Credito Y Caucion, S. A.	-	(324,00)	(324,00)
ERV – Portugal Europäische Reiseversicherung AG Suc. Portugal	-	53,76	53,76
Europ Assistance	-	81,50	81,50
Eurovida – Comp. de Seguros de Vida, S. A.	2 577,72	-	2 577,72
Fidelidade, S.A.	193,94	154 501,45	154 695,39
Generali – Companhia de Seguros, S. A.	-	56 691,46	56 691,46
Generali Vida – Companhia de Seguros, S. A.	836,69	-	836,69
Iberosegur, Lda.	-	684,52	684,52
Império Bonança – Comp. de Seguros, S. A.	279,47	3 587,22	3 866,69
Innovarisk, Lda	-	9 251,73	9 251,73
Liberty Seguros, S. A.	52,76	33 236,11	33 288,87
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	-	66 577,87	66 577,87
Mapfre Seguros Gerais, S. A.	-	18 385,50	18 385,50
Mapfre Seguros Vida, S.A.	197,11	-	197,11
Médís – Comp. Port. Seguros de Saúde, S. A.	-	1 179,05	1 179,05
Metlife Europe, Ltd	1 626,43	-	1 626,43
MGEN	-	6 590,15	6 590,15
Ocidental – Comp. Port. de Seguros, S. A.	-	78 816,18	78 816,18
Ocidental Vida	102,96	-	102,96
QBE Insurance (Europe)	-	3 085,70	3 085,70
Real Vida Seguros, S. A.	2 875,99	-	2 875,99
Santander Totta Seguros, S.A.	38,93	-	38,93
Seguradoras Unidas, S.A. (Açoreana)	135,18	8 131,09	8 266,27
Seguradoras Unidas, S.A. (Tranquilidade)	3 541,95	181 926,68	185 468,63
UNA Seguros Vida, S.A.	10,32	-	10,32
UNA Seguros, S.A.	-	98,96	98,96
Victoria – Seguros de Vida, S. A.	3 834,11	-	3 834,11
Victoria – Seguros, S. A.	-	77 972,30	77 972,30
XL Insurance Company SE (XL Catlin Services SE)	-	11 762,57	11 762,57
Zurich – Companhia de Seguros Vida, S. A.	3 147,84	-	3 147,84
Zurich Insurance	-	22 810,52	22 810,52
TOTAL	27 552,37	991 667,17	1 019 219,54

20.3.2. Desagregados por Origem

Desagregação por Origem	31-dez-18	31-dez-17
Empresas de Seguros	1 016 859,60	863 473,08
Outros Mediadores	2 359,94	1 675,64
Outros Clientes	-	-
Total	1 019 219,54	865 148,72

20.4. Níveis de Concentração das Remunerações Auferidas pela Carteira

Companhia de Seguros	Nível de Concentração
Seguradoras Unidas, S.A. (Tranquilidade)	18,24%
Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S. A.	15,53%
Fidelidade, S.A.	15,21%
Ocidental – Comp. Port. de Seguros, S. A.	7,75%
Victoria – Seguros, S. A.	7,67%
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	6,55%
Generali – Companhia de Seguros, S. A.	5,58%
Allianz Portugal – Companhia de Seguros, S.A.	4,53%
Total	81,06%

20.5. Valores das Contas Clientes

Saldo Inicial	Movimentos a Débito	Movimentos a Crédito	Saldo Final
97 789,05	5 415 006,73	5 279 498,23	233 297,55

A Medibroker movimenta os fundos recebidos dos tomadores de seguros para entregar às Empresas de seguros através de uma conta específica “Conta Clientes” do Banco Santander Totta.



20.6. Contas a Receber e a Pagar

	Contas a Receber	Contas a Pagar
Tomadores de Seguros	91 900,53	2 710,95
Empresas de Seguros	65 272,73	231 654,75
Outros Mediadores	-	-
Clientes	-	-
Total	157 173,26	234 365,70

No saldo bruto de contas a receber de tomadores de seguros no valor de 91 900,53€, não está refletida a imparidade no valor de 32 957,24€.

No saldo bruto de contas a receber de empresas de seguros no valor de 65 272,73€, não está refletida a imparidade de 42 095,56€.

20.7. Valores Agregados Incluídos nas Contas a Receber e a Pagar

	Contas a Receber	Contas a Pagar
Fundos Recebidos com Vista a Serem Transferidos para as Empresas de Seguros para Pagamento de Prémios	-	2 710,95
Fundos em Cobrança com Vista a Serem Transferidos para as Empresas de Seguros para Pagamento de Prémios de Seguro	-	231 654,75
Fundos que lhe Foram Confiados pelas Empresas de Seguros com Vista a Serem Transferidos para Tomadores de Seguro, Segurados ou Beneficiários	-	-
Remunerações Respeitantes a Prémios de Seguro Já Cobrados e por Cobrar	65 272,73	-
Outras Quantias	91 900,53	-
Total	157 173,26	234 365,70

20.8. Idade das Contas a Receber Vencidas à Data de Relato

Contas a Receber Sem Imparidade

	Até 90 Dias	>90 e <180 Dias	>180 e <270 Dias	>270 Dias	Total
Tomadores de Seguros	58 393,01	169,54	380,74	-	58 943,29
Empresas de Seguros	23 177,17	-	-	-	23 177,17
Outros Mediadores	-	-	-	-	0,00
Clientes	-	-	-	-	0,00
Total	81 570,18	169,54	380,74	0,00	82 120,46

Contas a Receber Com Imparidade

	Até 90 Dias	>90 e <180 Dias	>180 e <270 Dias	>270 Dias	Total
Tomadores de Seguros	-	-	-	32 957,24	32 957,24
Empresas de Seguros	-	-	-	42 095,56	42 095,56
Outros Mediadores	-	-	-	-	0,00
Clientes	-	-	-	-	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	75 052,80	75 052,80

20.9. Garantias Colaterais

Garantia bancária de 29-08-2008 no valor de 18.833,00 prestada a favor do ISP (atual ASF), prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 19º do DL 144/2006, de 31/7, com a redação alterada pelo DL nº 359/2007 de 2/11.

20.10. Transmissões de Carteiras de Seguros

Não aplicável.

20.11. Contratos Cessados com Empresas de Seguros e Indemnizações de Clientes

Não aplicável.

20.12. Natureza de Obrigações Materiais

Não aplicável.



20.13. Empresas de Seguros Cujas Remunerações Pagas ao Corretor de Seguros Representem, Cada Uma, Pelo Menos 5% do Total das Remunerações

Companhia de Seguros	Nível de Concentração
Seguradoras Unidas, S.A. (Tranquilidade)	18,24%
Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S. A.	15,53%
Fidelidade, S.A.	15,21%
Ocidental - Comp. Port. de Seguros, S. A.	7,75%
Victoria – Seguros, S. A.	7,67%
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	6,55%
Generali – Companhia de Seguros, S. A.	5,58%
Total	76,53%

20.14. Valor dos Fundos Recebidos pelo Corretor

Fundos Recebidos pelo Corretor	
Transferência de Valores (Prémios) para Entrega às Empresas de Seguros em Relação aos Quais o Corretor não tem Poderes de Cobrança	-

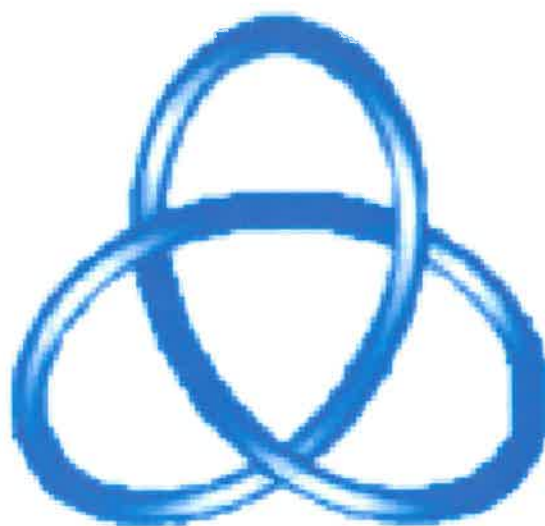
Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2019

O Contabilista Certificado

O Administrador

MEDIBROKER

Corretor e Consultor de
Seguros, S.A.



MEDIBROKER

E-mail: geral@medibroker.pt **Site:** www.medibroker.pt **NIF:** 501 108 530

Sede: Rua Diogo Macedo, 114 – 3º A e B
4400-107 Vila Nova de Gaia

Escritório: Rua do Sardoal, 130 – Costa, Apartado 77
4810-546 Guimarães

tel. +351 223 774 270 **fax** +351 223 713 063

tel. +351 253 518 227 **fax** +351 253 518 216



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 dezembro 2018 (que evidencia um total de 679.164 euros e um total de capital próprio de 226.236 euros, incluindo um resultado líquido de 139.986 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A. em 31 dezembro 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 18 março 2019

(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751), em representação de
Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Fiscal Único de **MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A.**, com sede no concelho de Gaia, apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração em relação ao exercício findo em 31 dezembro 2018.

1. Procedemos, nos termos legais e estatutários:

- à fiscalização dos atos da Administração, através de reuniões e consulta de atas, e dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos da mesma e dos serviços;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato da sociedade;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão consideradas adequadas nas circunstâncias, da atividade e dos negócios da sociedade, documentos, regularidade dos registos e livros de escrituração, bem como da existência dos principais ativos;
- à avaliação sobre se as políticas contabilísticas e critérios de valorimetria/mensuração adotados pela sociedade estão de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- à avaliação da eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração;
- à fiscalização do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- à verificação da exatidão do Balanço, da Demonstração dos resultados por naturezas, da Demonstração das alterações no capital próprio e da Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o respetivo Anexo;
- à apreciação do Relatório de Gestão emitido pela Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele inserta;
- à emissão nesta data da Certificação Legal das Contas, na qual expressamos uma opinião sem reservas nem ênfases.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- os atos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato da sociedade;



- a atuação do sistema de controlo interno implementado pela Administração afigura-se-nos adequada e eficaz no controlo dos riscos a que a sociedade está exposta;
- a contabilidade e as contas satisfazem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, refletem a atividade desenvolvida e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão é concordante com as contas apresentadas e expõe com fidelidade a evolução da atividade e dos negócios no exercício;
- a proposta de aplicação de resultados é adequada e encontra-se devidamente fundamentada.

3. Podemos assim declarar:

- a nossa concordância com o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018 apresentadas pela Administração;
- que tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação financeira divulgada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo, somos de parecer que:

- sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018 apresentados pela Administração;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 18 março 2019

O Fiscal Único

(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751), em representação de
Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.